



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO REITOR JOÃO DAVID FERREIRA LIMA - TRINDADE  
CEP: 88040-900 - FLORIANÓPOLIS - SC  
TELEFONE (48) 3721-9287 - FAX (48) 3721-9733 E-mail: ppgd@contato.ufsc.br

**PROCESSO SELETIVO DOUTORADO 2023 INGRESSO 2024**  
**RESPOSTA-PADRÃO À QUESTÃO DA PROVA ESCRITA**  
**Área de Concentração: Direito, Política e Sociedade**

**Obra de referência:** ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão:** o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

**Questão:** explique, de maneira crítica e fundamentada, a rota original do social-liberalismo, chegando-se à “terceira via” internacional, comentada pelo autor.

**Resposta-padrão:** estudante deverá expor, justificadamente, o fim do neoliberalismo e da social-democracia no Reino Unido, com o início da “terceira via”, analisada pelo autor no Capítulo 13, nas páginas 243-247 da obra de 2018, mas também no Capítulo de mesmo número nas páginas 221-225 da 2ª. edição, de 2020.

Capítulo 13

DUAS ROTAS DO SOCIAL-LIBERALISMO EM DUAS NOTAS

**A rota original**

No início de 1997, quando Tony Blair saiu-se vitorioso das eleições no Reino Unido, vários segmentos de esquerda, em diversas partes do mundo, viram nesse evento o fim da nefasta era do neoliberalismo inglês. Parecia que a era Thatcher havia sido finalmente derrotada, quase vinte anos depois. Dotado, no passado, de uma força relativa, o *Labour Party* [Partido Trabalhista] então denominado *New Labour*

(NL), voltava ao poder.

Diferentemente de muitas experiências internacionais, na Inglaterra havia sido o *Trades Union Congress* (TUC), central sindical britânica, que dera origem ao Partido Trabalhista e que, desde então, se constituía no pilar básico de sustentação do trabalhismo. Mediada pela vinculação sindical, parte significativa da classe trabalhadora inglesa garantia seus votos ao trabalhismo, conferindo base sindical à ação política do partido. Foi desse modo que o Partido Trabalhista esteve muitas vezes no comando do país, especialmente no pós-II Guerra, até a ascensão de Thatcher em 1979.

Com a ascensão do conservadorismo de Thatcher, uma nova agenda transformou substancialmente o Reino Unido, destruindo a trajetória anterior. A conversão do sindicalismo em inimigo central do neoliberalismo trouxe consequências diretas ao relacionamento entre Estado e classe trabalhadora.

Dirigentes de sindicatos foram excluídos das discussões da agenda estatal e retirados dos diversos órgãos econômicos que contavam com participação sindical. Foi com base nesse projeto que o neoliberalismo britânico vigorou até a vitória eleitoral do Partido Trabalhista. O destroçamento social e sua política testemunharam, particularmente em fins de 1980, uma onda de explosões sociais que atingiu em cheio o conservadorismo thatcherista, de que foram exemplo as greves operárias e a revolta contra o *poll tax* (imposto que taxava sobretudo os trabalhadores e os mais pobres).

Talvez se possa dizer, inclusive, que a importante vitória eleitoral do New Labour, no início de 1997, se deveu menos às propostas políticas de Tony Blair do que ao brutal desgaste do thatcherismo. Na época das eleições, as classes dominantes britânicas já haviam concluído as mutações no interior do Partido Trabalhista. Um enorme processo de “modernização” operava-se no seu interior, levando-o a abandonar por completo seu passado trabalhista reformista para se converter em uma espécie de Partido Democrático inglês, apoiado em especial pelos novos estratos da burguesia.

Era preciso buscar, no interior da “esquerda”, as condições de continuidade da política vigente na fase do neoliberalismo. Era preciso acenar com mudanças superficiais para que o essencial da pragmática do neoliberalismo fosse preservado.

Tanto no desenho da sua economia política quanto nas mais distintas esferas da sua ação político-institucional, na sua política externa, nos valores e no ideário que propugna, o governo Blair e a sua terceira via podem ser compreendidos em alguns de seus significados básicos. Mesmo antes de sua vitória eleitoral, já desde 1994, desenvolvera-se dentro do Partido Trabalhista uma “nova” postura que

buscava um caminho alternativo, tanto em relação à social-democracia clássica quanto ao neoliberalismo thatcherista. Quando Tony Blair iniciou o processo de conversão do Labour Party em New Labour, o resultado esperado era não só um maior distanciamento diante do conteúdo trabalhista anterior, mas também limitar ao máximo os vínculos com os sindicatos, além de eliminar qualquer vestígio que pudesse lembrar sua designação “socialista”, que, ao menos como referência formal, permaneceu até 1994 nos estatutos do Partido Trabalhista.

O debate levado adiante por Tony Blair, em torno da eliminação da cláusula 4 da Constituição partidária (que defendia a propriedade comum dos meios de produção), resultou na criação de um substitutivo que expressa limpidamente as mudanças em curso no *Labour Party*. Em substituição à cláusula que se referia à propriedade coletiva, foi introduzida a defesa do empreendimento do mercado e rigor da competição, selando, dentro do programa do New Labour, a vitória da economia de livre mercado diante da fórmula anterior.

A retórica socialista e as práticas trabalhista e reformista anteriores encontraram seu substituto na defesa da economia de mercado, mesclando liberalismo com traços da “moderna” social-democracia. Começava então a se desenhar o que foi denominado por Tony Blair, respaldado em seu suporte intelectual mais sólido, dado por Anthony Giddens e David Miliband, de “terceira via”.

Em seu sentido mais profundo, a “terceira via” do NL teve como objetivo dar continuidade ao projeto de “modernização” do Reino Unido, redesenhando a alternativa inglesa dentro da nova configuração do capitalismo contemporâneo. Nessa sua nova fase, o NL aprofundou sistematicamente a legislação que flexibilizou e desregulamentou o mercado de trabalho iniciado por Thatcher.

A flexibilização e a precarização do trabalho, as privatizações, a abertura comercial etc. deveriam, entretanto, ser contrabalançadas com ações como o reconhecimento dos sindicatos no interior das empresas, o estabelecimento de níveis mínimos de salário, a assinatura da Carta Social da União Europeia, entre outras medidas defendidas pelo primeiro-ministro britânico no início de seu mandato, para que seu governo não fosse pura e simplesmente entendido como uma continuidade integral em relação ao período dos conservadores. Era preciso lhe dar um verniz social-liberal.

Mas, na essência, a “terceira via” configurou-se como continuidade da fase thatcherista, uma vez que, dado o enorme desgaste que o neoliberalismo acumulou ao longo de quase vinte anos, acabou sendo derrotado eleitoralmente, de forma fragorosa, por Tony Blair [1] .

O partido que emergiu vitorioso no processo eleitoral de 1997, despojado de vínculos com o seu passado reformista-trabalhista, converteu-se, então, no *New Labour* pós-Thatcher, “moderno”, defensor vigoroso da “economia de mercado”, da flexibilização do trabalho, das desregulamentações, da “economia globalizada e moderna”, enfim, de tudo aquilo que foi fundamentalmente estruturado durante a fase clássica do neoliberalismo.

Sua “defesa” do *welfare State*, por exemplo, acarretou o desmonte de muitos aspectos da social-democracia e do trabalhismo inglês. Tony Blair, quando propugnava “modernizar” o *welfare State*, de fato o desconstruía, erodindo os direitos do trabalho, da previdência e da saúde públicas, definidos por ele como “herança arcaica”.

Seu principal ideólogo, Giddens [2], apresentou a seguinte análise:

A “terceira via” oferece um cenário bastante diverso dessas duas alternativas [socialdemocracia e neoliberalismo]. Algumas das críticas formuladas pela nova direita ao *welfare State* são válidas. As instituições de bem-estar social são muitas vezes alienantes e burocráticas; benefícios previdenciários criam direitos adquiridos e podem acarretar consequências perversas, subvertendo o que originalmente tinham como alvo. O *welfare State* precisa de uma reforma radical, não para reduzi-lo, mas para fazer com que responda às circunstâncias nas quais vivemos hoje.

E acrescentava: politicamente, “a terceira via representa um movimento de modernização do centro. Embora aceite o valor socialista básico da justiça social, ela rejeita a política de classe, buscando uma base de apoio que perpassasse as classes da sociedade” [3].

Economicamente, a terceira via propugna a defesa de uma “nova economia mista”, que deve se pautar pelo “equilíbrio entre a regulamentação e a desregulamentação e entre o aspecto econômico e o não econômico na vida da sociedade”. Ela deve “preservar a competição econômica quando ameaçada pelo monopólio”. Deve também “controlar os monopólios naturais” e “criar e sustentar as bases institucionais dos mercados” [4].

Ou, conforme a formulação de Tony Blair:

A terceira via é a rota para a renovação e o êxito para a moderna social-democracia. Não se trata simplesmente de um compromisso entre a esquerda e a direita. Trata-se de recuperar os valores essenciais do centro e da centro-esquerda e aplicá-los a um mundo de mudanças sociais e econômicas fundamentais, e de fazê-las livres de ideologias antiquadas. [...] Na economia, nossa abordagem não elege nem o “laissezfaire” nem a interferência estatal. O papel do governo é promover a estabilidade macroeconômica, desenvolver políticas impositivas e de bem-estar, [...] equipar as pessoas para o trabalho melhorando a educação e a infraestrutura e promover a atividade empresarial, particularmente as indústrias do futuro, baseadas no conhecimento. Nos orgulhamos de contar com o apoio tanto dos empresários como dos sindicatos. [5]

Na política externa, sua ação oscilou entre a subserviência e a adesão ativa ao imperialismo dos Estados Unidos, tendo como exemplo a ação na Guerra do Kosovo

e na guerra contra o Iraque.

A sua postura antissindical e contrária aos trabalhadores foi emblemática e está estampada na derrota da Greve dos Doqueiros de Liverpool (que ocorreu entre 1995 e 1998); na aceitação do essencial do desmonte da era Thatcher; na destruição continuada dos direitos do trabalho (e, em alguns casos, em sua intensificação, como na restrição dos direitos sociais das mães solteiras e dos deficientes físicos, que provocou uma onda enorme de protestos contra Tony Blair); na política de ampliação das privatizações; na adesão servil e indigente – acima referida – ao imperialismo político-militar dos Estados Unidos. Tudo isso evidencia que a “terceira via” foi, fundamentalmente, uma forma de preservação do essencial do neoliberalismo em sua política econômica, em seu desenho ideopolítico e em sua pragmática, com um verniz social-democrático cada vez mais descorado. Foi o que restou da social-democracia na fase mais destrutiva do capitalismo, que tenta mascarar alguns elementos do neoliberalismo, preservando sua engenharia econômica básica e sua ideologia regressiva. Por isso é que a “terceira via” tem sido uma via alternativa que o capitalismo vem gestando para manter o fundamental do que o neoliberalismo clássico construiu e quer de todo modo preservar.